

**PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA EM PASSO FUNDO-RS:
Influência das lideranças na atuação dos participantes¹**

Tainá Fontanelli Pauleto Nogueira²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral analisar a influência das lideranças com relação ao desempenho dos participantes do Programa de Inclusão Produtiva instituído em Passo Fundo-RS, denominado de Programa Apoiar e Comprometer (PAC). O artigo discorre acerca da assistência social e inclusão produtiva, apresentando como premissa a vulnerabilidade social em que se encontra uma parte da população brasileira, no que tange a garantir direitos a partir do acesso ao trabalho e renda desta população, na perspectiva de promover emancipação social. A metodologia aplicada neste estudo foi quali-quantitativa com a utilização de questionário e entrevista semiestruturada como técnicas de coleta de dados coletados com líderes e beneficiários do programa. Os resultados obtidos evidenciam que a inclusão produtiva associada ao PAC se caracteriza como modo de superação da situação de vulnerabilidade social relacionado com o acesso ao mercado de trabalho e geração de renda, confirmando sua importância enquanto política pública, contribuindo na criação de autonomia, especialmente com as práticas voltadas a capacitação e qualificação profissional. Também fica evidenciada a importância das lideranças para o melhor desempenho dos participantes no programa e promoção da emancipação social.

Palavras-chave: Emancipação social. Geração de trabalho e renda. Inclusão produtiva. Liderança. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This article has as general objective to analyze the influence of the leaders in relation to the performance of the participants of the Productive Inclusion Program instituted in Passo Fundo-RS, called the Support and Compromise Program (PAC). The article discusses about social assistance and productive inclusion, presenting as a premise the social vulnerability in which a part of the Brazilian population is found, in terms of guaranteeing rights from the access to work and income of this population, from the perspective promoting social emancipation. The methodology applied in this study was quali-quantitative with the use of a questionnaire and interview with a semi-structured script as data collection techniques with leaders and program beneficiaries. The results obtained show that the productive inclusion associated with the PAC is characterized as a way of overcoming the situation of social vulnerability related to the access to the labor market and income generation, confirming its importance as a public policy, contributing to the creation of autonomy, especially practices aimed at training and professional

¹ Trabalho de Estágio Supervisionado, desenvolvido sob orientação da Profª. Dra. Anelise Rebelato Mozzato.

² Acadêmica do Curso de Administração da Universidade de Passo Fundo. Email: taina-pauleto@hotmail.com.

qualification. It is also evident the importance of the leaders for the better performance of the participants in the program and promotion of the social emancipation.

Keywords: Social emancipation. Generation of work and income. Productive inclusion. Leadership. Social vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

É perceptível o agravamento das disparidades sociais no Brasil, no que se refere às situações de vulnerabilidade que excluem as pessoas das relações comuns da comunidade, por negar-lhes inclusive o acesso ao trabalho. Em virtude da pandemia do novo coronavírus, as desigualdades sociais se tornaram ainda mais evidentes, sobretudo em países como o Brasil. Em razão disto, cada vez mais, programas que levam à emancipação social são imprescindíveis. Dantas (2016) trata especialmente a garantia de direitos negados por intermédio da participação em programas e projetos ou do recebimento de benefícios e serviços, buscando contribuir para a construção de autonomia compreendendo o desenvolvimento das potencialidades e promovendo o acesso a bens e serviços como garantia de alguns direitos básicos.

De acordo com Adorno (2001), a definição de vulnerabilidade se caracteriza pelas condições de vida e possibilidades que pessoas ou grupos possuem acesso. Tratando-se do trabalho enquanto condição de emprego, sujeitos se caracterizam como vulneráveis diante da circunstância de não disporem condições propícias para se integrar ao mercado de trabalho em razão de fatores como escolaridade e qualificação profissional.

Nessa lógica, Gianezini et al. (2017) apontam como relevante o desenvolvimento da compreensão referente à atribuição do Estado como feitor de políticas propícias ao bem comum. Ainda, pontuam Gianezini et al. (2017, p. 1080) sobre a essencialidade de feitos que proporcionem o desenvolvimento social visto que “refletir sobre a complexidade de um sistema que dê voz à diversidade de necessidades do povo [...] implica o entendimento da importância de um conjunto de políticas que ampliem os direitos e garantam ações”.

Entretanto, se evidencia a escassez de bibliografias atualizadas pertinente ao tema, conforme cita Madeira (2014, p. 106) “no que diz respeito à execução dos serviços assegurados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS)”. Apesar da existência de inúmeros trabalhos e pesquisas voltados a investigar os avanços recentes na área de assistência

social, ainda são escassos os que buscam situar tais ações no ciclo de políticas públicas, enfatizando o papel dos instrumentos de monitoramento e avaliação como partes integrantes e imprescindíveis aos processos de implementação. Diante dessa realidade, esse estudo se justifica na intenção de contribuir para a produção de dados sobre a efetivação da rede de proteção social no Brasil, apurando as delimitações acerca da consolidação do sistema para que assim se possa contribuir com o seu aprimoramento.

Desta forma, torna-se evidente a imprescindibilidade de programas voltados à inclusão produtiva, os quais proporcionem a inserção do cidadão ao mundo do trabalho e que sejam desenvolvidos com a finalidade de geração de renda, auferindo emancipação social. Portanto compreende-se a importância da inclusão produtiva como instrumento capaz de proporcionar emancipação social em seu processo de superação das condições de vulnerabilidade.

Assessorar esses indivíduos em situação de vulnerabilidade e conceder-lhes oportunidades de melhoria das condições gerais de subsistência é uma questão prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Neste contexto, o presente estudo tem como tema tratar a inclusão produtiva e a vulnerabilidade social, no âmbito da geração de renda, analisando o Programa Apoiar e Comprometer (PAC), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Passo Fundo-RS.

Dado o exposto e o importante papel das lideranças para o bom andamento de programas sociais, esta pesquisa tem a seguinte problemática: Qual a influência das lideranças com relação à atuação dos participantes do Programa de Inclusão Produtiva, no município de Passo Fundo-RS denominado de Programa Apoiar e Comprometer (PAC)? Assim, tem-se como objetivo geral analisar a influência das lideranças com relação à atuação dos participantes deste programa.

Visando alcançar o objetivo e responder a questão de pesquisa, após esta introdução, inicia-se a revisão de literatura discorrendo sobre a vulnerabilidade social. Na sequência, contextualiza-se a proteção social básica e inclusão produtiva. Após é explicitada a importância das lideranças nas relações interpessoais. Por fim, as considerações finais são apresentadas, com sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesse capítulo é abordada a fundamentação teórica do presente estudo, que dará suporte à análise de dados, bem como a apresentação dos conceitos e teorias, fundamentando o estudo proposto.

2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL

Conceitua-se aqui, de modo breve, algumas abordagens teóricas pertinentes à vulnerabilidade social, para que se possa adentrar ao estudo com clareza. Portanto, inicia-se falando das leis que regem as questões sociais, as quais foram determinadas pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, criou-se uma lei específica sobre o assunto, a qual se refere à Lei Orgânica de Assistência Social, denominada LOAS, de 1933, que propõe a promoção de ações que impulsionem o desenvolvimento das potencialidades fundamentais em direção à consecução da autonomia onde seja possível reduzir as vulnerabilidades que debilitam a resistência do sujeito no decurso da exclusão sociocultural (BRASIL, 1993).

A definição de vulnerabilidade social de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se refere aqueles que se encontram na situação de privação ao acesso dos serviços públicos ou ainda em situação de pobreza com inexistência de renda (BRASIL, 2011). Dentre as definições de vulnerabilidade social evidencia-se a de Oviedo e Czeresnia (2015, p. 240) os quais afirmam que “a vulnerabilidade procura desvendar dinâmicas sociais e culturais, em conexão com aspectos individuais, criando-se condições que acrescentam a possibilidade de certos perigos e ameaças concretizarem-se”.

Abramovay (2002) delinea a vulnerabilidade social em conformidade à condição na qual os recursos de um dado grupo social vem a ser insuficiente para tratar com as oportunidades dispostas pela sociedade. Portanto, faz-se necessária a promoção da inclusão produtiva, onde a superação desta situação, ora vulnerável se dá por meio da garantia de direitos, a partir do acesso ao trabalho e renda. No campo da Assistência Social, a presença de uma população fragilizada, sem formação profissional e que nunca conseguiu se colocar no

mercado formal, “na maioria das vezes, são oferecidos cursos com o objetivo de garantir sua inserção no mercado” (CALVETE; COUTO, 2009, p. 202).

Tais abordagens tornam evidente a necessidade de uma espécie de subsídio financeiro e técnico que promova iniciativas que garantam a estes grupos vulneráveis os meios de superação da pobreza em que se encontram e a transição da situação de risco para uma situação que lhes garanta melhorias nas condições de subsistência. Para tanto, a proteção social básica se faz necessária.

2.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E INCLUSÃO PRODUTIVA

A proteção social básica é uma modalidade de proteção com caráter preventivo, qual tem por finalidade evitar quebra de vínculos sociais através do atendimento de situações de fragilidades. Pertencem a determinados grupos sociais da população usuária da rede de assistência social, cujo sistema único de assistência social presume que os serviços sejam responsáveis por ações continuadas. Como referem Luz, Perin e Tejedas (2009, p. 1):

A Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988, é elevada ao nível de política social pública, voltando sua atenção às populações em situação de vulnerabilidade social, provendo ações de Proteção Social, Defesa Social e Vigilância Socioassistencial dos grupos vulneráveis, atendendo suas necessidades emergentes ou permanentes decorrentes da vida social. Essa política compõe o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, a qual se caracteriza por se voltar ao campo da Proteção Social.

Os mesmos autores salientam que o objetivo da proteção social básica consiste em promover a inserção de grupos em situação de risco social, além de buscar a prevenção a situações de risco. A inserção se dá na lógica das políticas públicas, no trabalho, na vida em comunidade, em sociedade. Para tanto, a inclusão produtiva assume importância vital.

A inclusão produtiva se apresenta no sentido de potencializar a cidadania, a garantia de acesso aos serviços públicos, a melhoria das condições de subsistência e na conquista de direitos. Nesse sentido, crescem as demandas por intervenções estatais focadas à proteção social dos que se encontram fora do mercado de trabalho ou vivendo sua precarização.

A realidade social é um complexo de determinações históricas que compõem a totalidade da vida em sociedade no que se refere à busca pela satisfação de necessidades por meio de um movimento que parte do trabalho e do desenvolvimento dos meios de produção necessários à produção e reprodução da vida humana. Nessa lógica, a caracterização do cidadão como sujeito de direitos está presente nas legislações democráticas compondo o catálogo das conquistas mais importantes da humanidade, assim como contribui para a construção do conceito de pessoa, de cidadão e para a tomada de decisões morais, políticas e administrativas com vistas à justiça social. A compreensão de desenvolvimento está diretamente relacionada às garantias e à concretização desses direitos (KUJAWA; ZAMBAM, 2019).

No dizer de Sen (2000, p. 332) a emancipação deve ser entendida de forma abrangente, representando a construção de um processo pleno de desenvolvimento da capacidade humana “a perspectiva da capacidade humana se concentra no potencial – a liberdade substantiva – das pessoas para levar a vida que elas têm razão para valorizar e para melhorar as escolhas reais que elas possuem”.

2.3 IMPORTÂNCIA DAS LIDERANÇAS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Observa-se que o conceito de liderança é colocado como “algo que representa a sua capacidade de influenciar pessoas a agir” (HUNTER, 2004, p. 105). Referencia-se cada indivíduo é único e detém conhecimentos, personalidade, características e habilidades distintas, razão pela qual é preciso conhecer as ferramentas pertinentes a gestão de pessoas quais serão instrumentos de apoio ao líder na tomada de decisões em relação ao aproveitamento e valorização dos talentos que integram as equipes de trabalho.

O estilo de gestão depende de fatores, tais como personalidade e habilidades do gestor e dos trabalhadores, além da natureza da tarefa. Marcousé et al. (2009, p. 59), afirmam que “o estilo de um gestor deve estar de acordo com a situação específica e com as pessoas envolvidas, podendo variar com o tempo e o grau de risco envolvido”.

De acordo com Bergamini (2009, p. 124) “o líder precisa conhecer, com segurança, a direção a seguir e dominar recursos suficientes que sejam eficazes em organizar as pessoas para que elas possam chegar até o que foi estimado”. Entretanto, deve-se considerar o fato de que as

peças são entes sociais, onde suas atitudes são decorrentes de suas relações psicossociais, na medida em que ao interagir, vai construindo valores, crenças, sentimentos, pensamentos, cognições e até mesmo tendências à reação. Desta forma, ao receber estímulos do meio, sua resposta terá como carga estas vivências.

Vergara (2006, p. 42) menciona que a motivação faz parte do íntimo de cada pessoa, ou seja, é particular do ser humano “motivação é uma força, uma energia que nos impulsiona na direção de alguma coisa (...) ela é absolutamente intrínseca, isto é, está dentro de nós, nasce de nossas necessidades interiores”. O líder deverá demonstrar grande habilidade interpessoal para estar em condições de trabalhar com os mais diferentes estilos de comportamento das pessoas inseridas no contexto da equipe, pois conforme refere Casado (2002, p. 250), “(...) diferentes trabalhadores possuem diferentes fatores motivacionais, e além de buscar modelos de satisfação distintos, também têm diferentes contribuições a fazer à organização”.

Maxwell (2008, p. 96) cita que “a responsabilidade pelo desenvolvimento das pessoas recai sobre o líder. E isso significa mais do que apenas ajudá-las a adquirir habilidades profissionais”. Os líderes potencializam os liderados. Com base nisso se torna evidente a importância da influência das lideranças na inclusão de pessoas vulneráveis, para ajudá-las na emancipação.

3 METODOLOGIA

Nesta seção são descritos e abordados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Como referem Diehl e Tatim (2004), a metodologia é o método mais efetivo de como definir qual será a melhor maneira de abordar determinado assunto, através de um modelo racional e sistemático, para que assim, possamos extrair dele respostas para o problema que foi proposto.

O presente estudo de caso (YIN, 2001) foi realizado tendo como base o Programa de Inclusão Produtiva, denominado Apoiar e Comprometer (PAC), instituído no município de Passo Fundo/RS, gerido pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social do mesmo município, e estabelecido pela Lei nº 5009 de 18 de Setembro 2013. Fez parte da população pesquisada 40

(quarenta) participantes do programa e 6 (seis) líderes destes. Enfatiza-se que a pesquisa realizada junto aos participantes do PAC, considerou que o número de participantes inseridos neste programa é variável, onde houve um percentual de 40% de retorno dos questionários aplicados.

O estudo foi desenvolvido no segundo semestre de 2020, elaborado por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, onde buscou-se relacionar os tópicos quantitativos fornecidos pelos questionários aplicados aos participantes do programa com as análises qualitativas, realizadas a partir dos resultados apresentados nas entrevistas com os líderes destes participantes, cujo objetivo consistiu na identificação da influência das lideranças com relação ao desempenho dos participantes do PAC.

Os participantes responderam a um questionário com 15 (quinze) perguntas fechadas, contemplando opções de resposta de múltipla escolha com finalidade de identificar suas percepções à respeito do PAC e verificar a percepção dos mesmos com relação às suas respectivas lideranças. Com os líderes foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado visando analisar o ponto de vista dos mesmos com relação ao programa, sua funcionalidade e seu papel enquanto líder. Para definir o número de entrevistas, utilizou-se o critério de saturação (GLASER; STRAUSS, 1967), a qual foi alcançada já com quatro entrevistas. Mesmo assim, visando mais segurança em relação a saturação, mais duas entrevistas foram realizadas, as quais realmente não trouxeram mais esclarecimentos para a pesquisa.

Os dados quantitativos foram transcritos e tabulados em tabelas do *Software* Microsoft Office Excel e, posteriormente avaliados em forma de frequência, por meio de estatística descritiva simples. Tais resultados possibilitaram a elaboração de gráficos e tabelas para posteriores análises. Por sua vez, os dados qualitativos foram analisados após a transcrição das entrevistas.

Os dados qualitativos foram analisados por meio de análise interpretativa, seguindo-se as cinco fases propostas por Yin (2016): 1) compilação dos dados num arquivo word, com a transcrição das entrevistas; 2) decomposição das falas; 3) recomposição com vistas no objetivo a ser atingido; 4) interpretação dos dados; 5) conclusão das análises com base no referencial teórico. Na sequência são apresentadas as duas últimas fases.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo da presente seção é apresentar os resultados da pesquisa sobre a influência das lideranças com relação a atuação dos participantes inseridos no PAC. Inicialmente, apresenta-se a caracterização do programa, seguida da apresentação dos resultados e, posteriormente, as sugestões e melhorias passíveis.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA APOIAR E COMPROMETER - PAC

Instituído no âmbito do município de Passo Fundo-RS, o Programa de Inclusão Produtiva denominado Programa Apoiar e Comprometer (PAC) é regido pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social, fazendo parte da execução de serviços da rede de proteção social básica. Tem por objetivo dispor oportunidades de acesso ao trabalho e capacitação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em linhas gerais, tal programa assiste a parcela vulnerável da população, viabilizando o acesso ao mundo do trabalho de uma forma integrada promovendo a emancipação da população mais pobre. O programa beneficia pessoas com maior necessidade, onde os interessados devem preencher requisitos instituídos e regulamentados pela Lei 5.009, de 18 de setembro de 2013, a qual em seu artigo 3º estabelece o que segue:

Art. 3º [...]

I - estar desempregado e sem auferir renda para o sustento próprio e da família, cuja renda familiar per capita não for superior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo nacional vigente;

II - ter a partir de 18 anos completos na data de inscrição no programa;

III - prioridade para pessoas cujas famílias possuam maior número de dependentes, bem como as que tiverem portadores de deficiência física ou mental e/ou doenças crônicas;

IV - residir nas áreas de abrangência de cada CRAS, no prazo mínimo de 12 meses;

V - dedicação para inclusão ao programa apoiar e comprometer será determinada, segundo a capacitação designada pela coordenadora a cada participante;

VI - todos os integrantes deverão ser analfabetos ou com curso de ensino básico incompleto, qualificando-se através dos cursos oferecidos pela Rede Socioassistencial, Rede Privada e a Universidade Popular, em que se oferece diploma de conclusão;

VII - a cada 6 (seis) meses demonstrar comprovante de frequência escolar ou de frequência no curso onde está vinculado;

- VIII - os filhos de integrantes do programa em idade escolar deverão estar matriculados na rede regular de ensino e com carteira de vacinação em dia, mediante comprovação de frequência escolar a cada 6 (seis) meses, no local Centro de Referência da Assistência Social onde está vinculado;
- IX - todos os interessados deverão estar inscritos no Cadastro Único;
- X - comprometer-se com as condições vigentes no Termo de Responsabilidades assinado no momento do início de suas atividades no programa (PASSO FUNDO, 2013).

Os participantes desse programa desempenham suas atividades no âmbito das secretarias municipais, onde exercem os serviços de limpeza, no caso das mulheres, e serviços gerais, no que se refere aos homens. Destaca-se que o PAC assiste o público que possui baixa escolaridade, caracterizando a inclusão produtiva por meio da socialização deste participante com o meio inserido e a geração de renda oriunda através do valor recebido.

Evidencia-se ainda que o tempo de permanência e participação no programa é temporário, pelo prazo de um ano, permitindo sua prorrogação, uma única vez, por igual período. Deste modo, destaca-se que a circunstância da permanência no programa não possui caráter permanente, faz com que o programa cumpra seu objetivo no que diz respeito ao estímulo e geração das condições para que os indivíduos superem a condição de vulnerabilidade social.

Cabe ainda mencionar que os beneficiários do PAC devem cumprir algumas condicionantes de cumprimento obrigatório para que percebam os benefícios do programa, conforme destaca o artigo 4º da Lei 5.009, de 18 de setembro de 2013:

Art. 4º [...]

- I - dedicação de seis horas diárias ao programa, cinco dias por semana, nas atividades laborais e de capacitação, nos locais definidos;
- II - participação nos cursos de capacitação desenvolvidos pelo programa, com presença mínima de 90% (noventa);
- III - participação nas atividades laborais do programa, com pelo menos 90% (noventa por cento) de presença (PASSO FUNDO, 2013).

O que constitui o programa é a disponibilização de uma cesta básica mensalmente e o reconhecimento do beneficiário enquanto participante no que diz respeito ao encaminhamento para abertura de conta bancária através da qual este irá receber seu auxílio monetário. Com

relação aos benefícios recebidos por parte dos participantes, oriundos da sua participação no Programa Apoiar e Comprometer, a Lei 5.009, de 18 de setembro de 2013, em seu art. 9 prevê:

Art. 9º [...]

I - mensalmente auxílio monetário no valor correspondente a 80% do salário mínimo nacional vigente no país, a ser depositado em conta bancária até o quinto dia útil de cada mês e calculado conforme cadastramento de frequência e aproveitamento devidamente assinado pelo responsável onde este desempenha a capacitação e assinatura do integrante, e devidamente observado pelos técnicos do Centro Referência Assistência Social;

II - mensalmente 01 (uma) sacola econômica com gêneros alimentícios;

III - uniforme para o desempenho das atividades (PASSO FUNDO, 2013).

Ainda tratando da Lei 5.009, de 18 de setembro de 2013 e dos benefícios recebidos pelos participantes, salienta-se o previsto no artigo 10, no qual afirma que “fica assegurado pela municipalidade, para o desenvolvimento das atividades, o transporte coletivo”.

4.2 PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA: PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES E LÍDERES

Primeiramente descreve-se o perfil dos participantes e, a seguir, a análise dos dados referente a percepção destes com relação ao PAC, bem como, se consideram o programa como oportunidade de acesso ao mundo do trabalho, geração de renda e autonomia, oportunidade de superação da situação de vulnerabilidade social, e ainda, se há a percepção de que o referido programa investe em sua capacitação e qualificação profissional. Por conseguinte é elaborada uma análise de resultados referente à percepção dos participantes a respeito de suas lideranças.

Posteriormente, foi realizada a análise dos resultados obtidos por intermédio das entrevistas realizadas com os líderes destes participantes, partindo pelo posto de vista dos mesmos à respeito do programa e qual seu papel enquanto líder ao “acolher” um participante do PAC, bem como o modo que percebem a atuação dos participantes, e se enquanto liderança, compreendem as limitações destes participantes e se há fatores que dificultam o desempenho das atividades.

Assim, na Tabela 1 são apresentados os dados demográficos dos participantes.

Tabela 1 - Perfil dos participantes

Questões					
1- Gênero	Feminino	Masculino	Prefiro não responder		
	25	15	-		
2- Idade	18-25 anos	26-35 anos	36-49 anos	Acima de 50 anos	
	8	15	13	4	
3- Escolaridade	Sem escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo
	2	29	3	2	3

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Por meio dos resultados demonstrados na Tabela 1, observa-se que 62% dos entrevistados são mulheres e 38% são homens. Verificou-se também com um percentual de 37% que a maioria destes possuem idades de 26 até 35 anos e a maioria (75%) possuem ensino fundamental incompleto. Na sequência, apresenta-se a Tabela 2, a qual demonstra a situação destes participantes no que diz respeito a sua inclusão no PAC.

Tabela 2 - Situação do participante

Questões			
4- Tipo de público	Primeira participação	Egresso/ou pertencente ao regime semiaberto em monitoramento eletrônico	Participante reincidente
	28	6	6
5- Situação do beneficiário	Participante com encaminhamento técnico	Carta de emprego do sistema prisional	Imigrante/estrangeiro
	32	6	2

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto a situação destes participantes, observa-se a predominância da primeira participação apresentando 70%, juntamente com a predominância da entrada no programa através de encaminhamentos técnicos, o que diz respeito a 80%, evidenciando o trabalho em rede.

Tabela 3 - Percepção dos participantes a respeito do PAC

Questões	Sim	Em partes	Não
6 - O PAC foi sua primeira oportunidade de acesso ao mundo do trabalho?	24		16
7 - Você considera sua participação no PAC como oportunidade de superação da situação de vulnerabilidade social?	35	4	1
8 - Você considera que sua participação no PAC traz melhorias para sua qualidade de vida?	35	3	2
9 - Você considera o PAC como uma oportunidade de acesso ao mercado de trabalho e geração de renda?	35	5	1
10 - Você considera o PAC como importante para sua maior autonomia, especialmente em razão da qualificação profissional recebida?	35	3	2
11 - Você considera que o PAC investe na sua capacitação e qualificação profissional?	19	13	8

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 3 aborda o modo como os participantes observam o programa, onde verificam-se suas percepções. Observando em porcentagens, cumpre mencionar que 60% destes participantes tiveram sua oportunidade de acesso ao mundo do trabalho através do PAC, bem como 87% destes consideram sua participação no programa como fator que viabiliza a superação da situação de vulnerabilidade social. Destaca-se que os participantes pontuaram o programa como viabilizador de superação da situação ora vulnerável socialmente, salientando ainda sua participação como propícia a melhorias na qualidade de vida, assim como geração de renda, do mesmo modo que traz maior autonomia especialmente em razão da qualificação profissional recebida.

Na Tabela 4, apresenta-se a análise de resultados referentes a percepção dos participantes a respeito de suas lideranças, onde observa-se um percentual de 62% dos participantes sentindo-se acolhidos por parte de sua liderança. 50% destes apontam perceber sua coordenação preparada para trabalhar com o público do PAC e 57% evidencia que seu líder mantém bom relacionamento com seus subordinados.

Uma minoria correspondente a 18% aponta não sentir-se acolhida por parte de sua liderança. 32% destes apontam que não percebem sua coordenação preparada para trabalhar com o público do PAC e 18% destacam que seu líder não mantém um bom relacionamento com seus subordinados. Entretanto, se considera ainda a frequência de respostas que apresentam uma percepção parcial em relação a esses aspectos, onde 20% apontam ter sido parcialmente acolhidos por parte de suas referidas lideranças, 32% apontam perceber parcialmente sua

coordenação preparada para trabalhar com o público do PAC e um percentual de 25% evidenciam parcialidade ao entender que sua coordenação mantém bom relacionamento com seus subordinados.

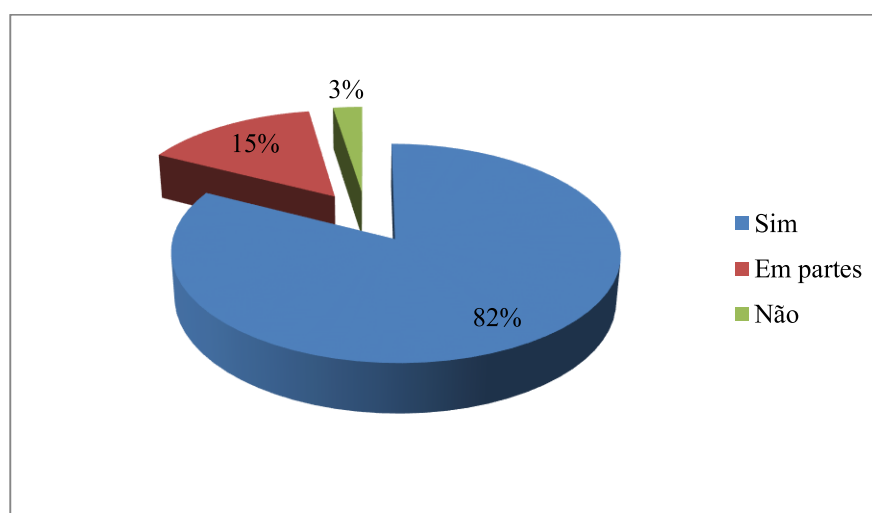
Tabela 4 - Percepção dos participantes referente às suas lideranças

Questões	Sim	Em partes	Não
12 - Tendo em vista o seu período de permanência no PAC, você considera ter sido acolhido (a) por sua referida liderança recebendo o necessário amparo para o desempenho de suas funções?	25	8	7
13 - Você percebe sua coordenação preparada para trabalhar com o pessoal do PAC?	20	13	7
14 - Você entende que sua coordenação mantém bom relacionamento com seus subordinados?	23	10	7

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Gráfico 1 refere-se às oportunidades no mercado de trabalho, ficando notório que a maioria (82%) dos participantes consideram que terão maiores oportunidades em razão de sua participação no PAC. Apenas 3% não acreditam em tais oportunidades e 15% demonstram parcialidade.

Gráfico 1 - Oportunidades no mercado de trabalho X Participação no PAC



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Evidencia-se que por meio dos resultados obtidos mediante estas entrevistas que os líderes dos participantes do PAC, entendem o programa como ponto positivo enquanto política

pública de assistência voltada a oportunidade de acesso a renda e promoção da superação da situação de vulnerabilidade.

Questionados à respeito do seu papel enquanto líder ao “acolher” um participante do PAC, constatou-se que estes se colocam em posição de apoio a este público. Segue fala comprobatória:

Minha função enquanto líder é como propriamente dito, acolher este indivíduo, integrar ele com o restante da equipe e fazer com que se sinta como parte da equipe. Explicar quais serão suas funções e quais as funções dos demais colegas de equipe e alguns desafios que ele vai ter pois cada setor tem sua particularidade e fazer com que se sinta cada vez mais incluído. (Entrevistado 2)

Entendendo que o PAC trata de pessoas em situação de vulnerabilidade, na condição de líderes, estes revelam compreender as potencialidades e limitações destes participantes, como pode ser identificado no depoimento a seguir:

Alguns apresentam mais limitações que outros. Embora tenham limitações, também tem potencialidades a serem desenvolvidas, por isso a importância do líder acompanhar, prestar apoio e estar mediando para que esse participante possa desempenhar da melhor maneira possível sua atividade e se adapte ao trabalho, possibilitando com o passar do tempo o ingresso no mercado formal. (Entrevistado 6)

Com relação aos resultados apontados como fator que dificulta o desempenho das atividades destes participantes inseridos no PAC é a problemática do uso de álcool e substâncias psicoativas. Porém, as evidências encontradas em relação ao acompanhamento na rede de assistência destes participantes mostram ações que vão de encontro com práticas que devem ser feitas para amenizar esses desafios. Nesse sentido, apresenta-se a fala a seguir:

Esse público vem com questões que por vezes dificultam seu desempenho, como por exemplo, as fragilidades criadas em questão dos vínculos familiares e comunitários que por vezes se encontram com violados. E ainda tem a questão dos vícios que é o que mais ocorre e o que mais dificulta. (Entrevistado 3)

Cabe ainda mencionar que em relação a análise comparativa quali-quantitativa, foi possível perceber através da análise dos dados obtidos, a concordância entre participantes e líderes, principalmente ao mencionarem a importância do PAC como ponto positivo enquanto

política pública promotora de emancipação social, superação da situação de vulnerabilidade e de viabilização da geração de renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo desenvolvido foi possível observar a importância das políticas públicas de assistência voltadas para a inclusão produtiva, tal como, na capacitação e qualificação profissional, associadas ao Programa de Inclusão Produtiva instituído no município de Passo Fundo-RS, denominado de Programa Apoiar e Comprometer - PAC, o qual se caracteriza como viabilizador de superação da situação de vulnerabilidade social, no que tange o acesso ao mercado de trabalho e a geração de renda, e ainda, promovendo a emancipação.

Deste modo, o contexto da vulnerabilidade indica, de acordo com Bronzo (2009) discorre para a multiplicidade de dimensões de privação e reconhece a assiduidade de aspectos objetivos e subjetivos envolvidos na produção e reprodução da pobreza e nas estratégias de intervenção para superá-las. Consequentemente, apresenta-se como uma fonte de estratégia para a superação da pobreza, a inclusão no trabalho das pessoas que se encontram em vulnerabilidade por intermédio da inserção produtiva na assistência.

A pesquisa possibilitou verificar a influência dos líderes sobre os participantes inseridos no contexto do Programa Apoiar e Comprometer, na medida em que, enquanto liderança positiva e acolhedora contribui para um melhor desempenho das atividades destes participantes, sendo que consideram a participação deste público em sua equipe como essencial e proveitosa.

Em razão disto, fica evidente a imprescindibilidade destes líderes destinarem, organizarem e controlarem as funções da melhor forma e auxiliando sempre que necessário, estabelecendo uma relação de bom relacionamento com estes participantes. Os principais desafios que os líderes consideram como fatores que dificultam o desempenho das atividades, destes participantes inseridos no PAC é a problemática do uso de álcool e substâncias psicoativas. Porém, as evidências encontradas em relação ao acompanhamento na rede de

assistência destes participantes mostram ações que vão de encontro com práticas que devem ser feitas para amenizar esses desafios.

Finalizando, constatou-se que o objetivo do presente estudo foi atingido, pois através da pesquisa foi possível constatar que o Programa mostra-se não apenas como consolidado na capacidade de inclusão produtiva, mas também na sua intervenção, no sentido de resolução dos fatos cotidianos vividos pela população, ou seja, a política pública capaz de oferecer proteção, promoção e superação da vulnerabilidade social. No entanto, verificou-se ainda a efetividade do objetivo do Programa como um todo e o conjunto de ações integradas não somente com a rede, mas também com a influência positiva que as lideranças são capazes de proporcionar aos participantes.

Diante do exposto, destaca-se ainda que o PAC mostrou-se como uma via de mão dupla, onde a assistência proporciona a oportunidade e o participante por sua vez vai auferindo sua autossuficiência, superando suas fragilidades e vai se transformando. Além disso, torna-se extremamente importante para o município ofertar essa forma de cuidado com o sujeito que encontra-se em situação de vulnerabilidade.

Enfim, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas acerca da temática da influência das lideranças sobre seus liderados como contribuição no contexto da administração, a fim de obter resultados que contribuam na gestão de pessoas e nas interfaces da interferência positiva no êxito dos trabalhos prestados. E ainda, entende-se como pertinente outras pesquisas, que tratem das temáticas vulnerabilidades e inclusão social, visando vislumbrar uma sociedade mais disposta a contribuir nos processos tanto de emancipação social, quanto na questão das oportunidades de inclusão.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. **C. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, 2002

ADORNO, R. C. F. **Os jovens e sua vulnerabilidade social.** São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

BERGAMINI, C. W. **Liderança**: administração do sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**: construindo as bases para a Implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, jul. 2005.

_____. **Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 30 set. 2020.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: Conexões e uma experiência para reflexão. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS, UNESCO, 2009.

CALVETE, C.; COUTO, B. R. A assistência social e a inserção produtiva. In: MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social**: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CASADO, T. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

DANTAS, J. G. S. A assistência social no Brasil: da benemerência ao direito. **Socializando**, Aracati, ano 3, n. 1, p. 105-113, jul. 2016. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_9.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2004.

GIANEZINI, K. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 1065-1084. 2017.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. A descoberta da teoria fundamentada: uma abordagem etnometodológica. Chicago: Aldine, 1967.

HUNTER, James. **O monge e o executivo**: uma história sobre a essência da liderança. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

KUJAWA, H. A.; ZAMBAM, N. J. O Programa Apoiar e Comprometer no município de Passo Fundo (RS): dimensões do desenvolvimento e condição de agente segundo Sen. **Revista de Informação Legislativa - RIL**, Brasília, DF, v. 56, n. 224, p. 167-186, out./dez. 2019. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/224/ril_v56_n224_p167.

LUZ, C.; PERIN, S.; TEJADAS, S. **Orientações quanto a política de assistência social: do advento da LOAS ao desafio da implementação do SUAS.** DOC Divisão de Assessoramento Técnico/ Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos nº 0223/2009.

MADEIRA, L. M. **Avaliação de políticas públicas.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

MARCOUSÉ, I.; SURRIDGE, M.; GILLESPIE, A. **Recursos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MAXWELL, J. **O livro de ouro da liderança.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

OVIEDO, R. A. M.; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface Comun Saúde Educ**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 237-250, 2015.

PASSO FUNDO. Lei nº 5.009, de 18 de setembro de 2013. **Institui o Programa de Inclusão Produtiva no município de Passo Fundo, denominado de Programa Apoiar e Comprometer – PAC e dá outras providências.** Passo Fundo: LeisMunicipais, 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/passo-fundo/lei-ordinaria/2013/501/5009/lei-ordinaria-n5009-2013-institui-o-programa-de-inclusao-productiva-no-municipio-de-passo-fundodenominado-de-programa-apoiar-e-comprometer-pac-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2016.